

NARRATIVAS HISTÓRICAS E FICCIONAIS: ESCRITAS HÍBRIDAS

*FICTIONAL AND HISTORICAL
NARRATIVES: HYBRID
WRITINGS*

Paulo Alberto da Silva Sales
(UFG)¹

Zênia de Faria
(UFG)²

RESUMO: Este artigo examina as relações íntimas entre a escrita da ficção e da história com base nos estudos dos teóricos da chamada *École des Annales*, da *Nouvelle Histoire* e da Meta-história.

¹Doutor em Letras – Estudos Literários – pela Universidade Federal de Goiás, Brasil. Desenvolve pesquisa de pós-doutoramento em estudos literários, especificamente, na perspectiva comparativista, sob supervisão da Profa. Dra. Zênia de Faria, também pela UFG. E-mail: pasticheculture@gmail.com

²Pós-doutora em Literatura Comparada pelo Centre d'Études et de Recherches Comparatistes - Université de Paris III – Sorbonne Nouvelle – France. Doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada - pela USP- São Paulo. Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, Brasil. E-mail: zefirff@gmail.com

Para isso, faremos aproximações entre as escritas da ficção, sobretudo os chamados romances históricos e uma modalidade da nova história que utiliza muitos recursos ficcionais para reconstrução do passado histórico: a meta-história. Nosso objetivo, no presente trabalho, é verificar em que medida tanto as escritas ficcionais quanto as escritas da história se servem umas das outras.

PALAVRAS-CHAVE: *École des Annales* e *Nouvelle Histoire*; Meta-História; Narrativa histórica e ficcional

ABSTRACT: This paper analyzes the close relationships between the writing of fiction and the writing of history, according to the theoretical studies by scholars from the *École des Annales*, the *Nouvelle Histoire* and the Meta-History. In order to do so, we will establish an approximation between the writings of fiction, mainly the so called historic novels, and one modality of New History which uses many resources of fictional narratives to reconstruct historic past: the meta-history. Our purpose in this paper is to verify in what extent both the fictional writings and the history writings uses of one another's resources.

KEY-WORDS: *École des Annales* and *Nouvelle Histoire*; Meta-History; Historical and fictional narrative

Introdução

A narrativa dos acontecimentos sempre foi utilizada tanto nas escritas da ficção quanto nas escritas da história. Cada uma delas representava os fatos narrados de forma particular, seguindo os critérios de literariedade – no caso da ficção – e de objetividade e fidelidade, – no caso da História. Desde os estudos aristotélicos, para o historiador, principalmente para aquele ligado à prática historiográfica positivista, a reconstituição do fato histórico deveria ser a mais objetiva possível, pactuando com a ideia de legitimidade

dos fatos e de compromisso com a verdade. Já à narrativa ficcional, estava reservada a liberdade de criação de mundos, a representação de histórias de pessoas renegadas pela Historiografia – tidas como “desimportantes” por não pertencerem à nobreza ou a altos cargos políticos – e de eventos corriqueiros e de instituições sociais pertencentes ao universo da burguesia³. Além disso, a ficção, no seu próprio bojo, não tinha o compromisso com a veracidade dos fatos. Os aspectos que refletiam a realidade apareciam como pano de fundo ou mesmo como norte para o enredo ficcional, muito embora o heterocosmo fictício fosse um constructo puramente inventado.

No século XIX, as narrativas dos acontecimentos começaram a sofrer mudanças em sua episteme⁴. Não obstante, o século XIX foi chamado por muitos de “século da ciência”. A História começou a ser vista como uma ciência, desvinculando-se da literatura como, aliás, comenta Linda Hutcheon (1991, p. 141):

No século XIX, pelo menos antes do advento da “história científica” de Ranke, a literatura e a história eram consideradas como ramos da mesma árvore do saber, uma árvore que buscava “interpretar a experiência, com o objetivo de orientar e elevar o homem” (Nye 1996, p. 123). Então, veio a separação que resultou nas atuais disciplinas distintas, a literatura e os estudos históricos, apesar de o romance realista e o historicismo de Ranke terem em comum muitas convicções semelhantes em relação à possibilidade de escrever factualmente sobre a realidade observável. (H. White 1976, p. 25). Entretanto, é essa mesma separação entre o literário e o histórico que hoje se contesta na teoria e na arte pós-modernas, e as recentes leituras críticas da história e da ficção têm se concentrado mais naquilo que as duas formas de escrita têm em comum do que em suas diferenças.

Os “ismos” do *fin-de-siècle* – determinismo, positivismo, darwinismo, etc. – tiveram uma grande influência na criação das narrativas ficcionais, particularmente do realismo e do naturalismo. Se pensarmos, por exemplo, nas propostas do romance experimental

do naturalista Émile Zola, também havia o objetivo de utilizar a “ciência” como norte na criação dos enredos dos seus romances cujos personagens eram fruto do meio no qual viviam.

Já no início do século XX, a narrativa dos acontecimentos passaria por novas crises. O positivismo não era suficiente para as exigências das novas formas de pensar e de representar o mundo. Surgiu, então, a chamada *École des Annales*⁵ que foi, segundo Jacques Le Goff (2011) e outros historiadores, a primeira fase da *Nouvelle Histoire*⁶. A partir da *École*, houve uma reformulação da narrativa dos acontecimentos que perderam a tonalidade puramente objetiva dos fatos e tal narrativa começou a incorporar aspectos sociais, culturais e a ser revista e reinterpretada a partir de estruturas e de conhecimentos vizinhos, principalmente da teoria literária. Essa nova configuração da narrativa dos acontecimentos históricos voltada sobre si mesma e que se vale, intensamente, de instrumentos da teoria da narrativa para sua reformulação foi chamada de *Meta-história*. Hayden White (2008; 2011) foi o principal teórico a tratar dessa questão, ao entender que a história pode ser interpretada a partir da noção de enredo, de ironia, de sátira, dentre outros, sem desconsiderar, como fazia a História positivista, a noção de imaginação na fabulação do fato histórico. Chegamos, então, ao ponto fulcral de nossa inquietude neste trabalho: como as narrativas dos acontecimentos históricos se servem da narrativa ficcional e vice-versa? Na pós-modernidade, essas narrativas se tornaram híbridas a tal ponto que não se percebe muito bem a diferença entre a narrativa de um fato de extração histórica e uma narrativa ficcional. Vejamos paulatinamente como essas questões foram sendo examinadas na história da historiografia, a partir da *École des Annales*.

1. Da *École des Annales* à *Nouvelle Histoire*

“O mundo de ontem está acabado. Para todo e sempre. Caso tenhamos alguma chance de nos safar, nós, os franceses, será

compreendendo, mais depressa e melhor do que outros, essa verdade evidente. [...] Expliquemos o mundo ao mundo” (FEBVRE, 2011, p. 82). E eles, os franceses, salvaram o mundo, ou pelo menos a maneira de “contar” as histórias do mundo. Surgiu em 1929 a revista francesa *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, depois chamada de *Annales d'Histoire Sociale*. Mais tarde foi intitulada de *Mélanges d'Histoire Sociale*, ou, simplesmente, como preferiria Lucian Febvre, *Annales* com o subtítulo: *Économies, Sociétés, Civilisations*. Doravante, designaremos por Escola dos Anais o manifesto que culminou no processo de constituição da moderna historiografia. A escola dos anais marcou os estudos da historiografia moderna ao implantar a noção de diálogo, noção esta importantíssima para a *Nouvelle Histoire*, ou melhor, para as escritas da nova história.

A Escola dos Anais criou tensões em torno da episteme do historiador, como se pode observar no comentário de Febvre (2011, p. 84): “Jamais se comportem alegremente como colecionadores de fatos, como antes, quando bancavam os caçadores de livros às margens do Sena. Que nos deem uma História, não uma História automática, mas, sim, problemática”. E veremos que a problematização já anunciada por Febvre nos manifestos dos *Anais*, se consolidará como a marca principal nas escritas da nova historiografia. A história é revista, refeita e tomada como uma narrativa de acontecimentos únicos, um devir⁷, uma possibilidade de entender o fato ao reavaliar o arquivo histórico. A história como explicação: “A história, resposta às perguntas que o homem de hoje necessariamente se faz. Explicação de situações complicadas, em meio às quais ele se debaterá menos cegamente caso conheça sua origem”. (FEBVRE, 2011, p. 83).

O empenho interdisciplinar criado pelos *Anais* criou o diálogo com as ciências do homem e do espírito para a reconstituição do passado pelo historiador, a partir do momento em que se começou a historicizar, contextualizar e questionar os conceitos em um tempo e espaço definidos. É necessário salientarmos aqui também que a Escola dos Anais, assim como a nova história consolidada nos anos

80 do século XX, apresenta uma reação crítica contra o marxismo. Para Novais e Forastieri e outros teóricos da nova história, houve uma mudança brusca de perspectiva nas reconstituições do fato histórico. A Escola dos Anais se impôs na historiografia moderna, ao destacar o abandono dos grandes temas ou dos fatos sempre relacionados à política ou ao estado, dando preferência às “migalhas do cotidiano, reduzindo drasticamente o grau de conceitualização para ampliar o nível de empírico-narrativo”. (NOVAIS; FORASTIERI, 2011, p. 50)

Não havia sentido o novo historiador ficar preso aos dois conceitos fundamentais do marxismo – o conceito de modo de produção e o de luta de classes – frente às inúmeras problemáticas da contemporaneidade, tendo em vista as novas maneiras de tratar o fato histórico. A ruptura causada pelos *Anais* foi, sem dúvida alguma, paradigmática na escrita da nova história, ao implantar a tensão, a dúvida, incluir o outro, a diferença e a repetição deleuziana no campo da historiografia. Entretanto, não devemos nos esquecer da presença de correntes marxistas, solidificadas e presentes na nova história, que estão revendo a teoria crítica a seu modo. Para que haja a diferença, devemos considerar as visões antagônicas no objeto do historiador. Mais uma vez, damos o crédito a Lucien Febvre e Marc Bloch, precursores da Escola dos Anais ao incluírem o conceito de social na revista da *École*:

Sabíamos muito bem que “social”, notadamente, é um desses adjetivos utilizados para dizer muitas coisas no decorrer de períodos diferentes, e que, assim, tal palavra não quer dizer quase mais nada [...]. Estávamos de acordo em pensar que, precisamente, uma palavra tão em voga quanto “social” parecia ter sido criada e posta no mundo por um decreto nominativo da Providência histórica, para servir de insígnia a uma revista que pretendia não se rodear de muralhas... Não há história econômica e social. Há uma história, simplesmente, em uma unidade: a história que é social, toda ela, por definição”. (BLOCH, 1941 *apud* NOVAIS; FORASTIERI, 2011, p. 132 – 133).

Percebemos que a revolta contra o positivismo nos historiadores de vanguarda é a marca central da Escola dos Anais. Muitos dos novos historiadores por nós estudados estabeleceram a seguinte sequência nos estudos pelos quais passou a historiografia moderna: positivismo, ou história tradicional/*magistra vitae*; *École des Annales*, ou momento de ruptura e de introdução do diálogo com as outras áreas do saber e, por fim, a “nova história”, ou melhor, as escritas da nova história contemporânea. Seguindo esta sequência baseada nos vários estudos examinados, podemos inferir que a nova história seria uma terceira fase da Escola dos Anais e que, sem a contestação dos documentos, dos arquivos e dos fatos feita pelos *Anais*, a nova história não chegaria ao grau crítico que alcançou em fins dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX, com historiadores de peso como Hayden White, Peter Burke, Jacques Le Goff, LaCapra e tantos outros nos quais já nos apoiamos, e outros de cujas ideias ainda nos serviremos.

Le Goff (2011), em “A história nova”, artigo incluído no estudo de Novais e Forastieri, também apresenta outros aspectos importantes da Escola dos Anais que necessitamos destacar. Os *Anais* serviram, segundo Le Goff (2011, p. 136), para demolir as paredes que separavam a história das disciplinas vizinhas, mas, mais que isso, para incluir o método comparativista no labor do historiador. A história, assim como a literatura, necessita de ser reconstituída/feita a partir de ajudas mútuas, transformando-se em uma história universal. Entendamos universal, no sentido de problema, de questionamento. A recusa da história superficial, pregada pelos *Anais*, também foi intensificada na prática do *Faire de l'histoire* [fazer história] dos historiadores a partir de então. A história, aliada às ciências humanas e às letras, problematizou sua episteme e percebeu que a noção de sujeito platônico como centro não se ajusta às complicações da contemporaneidade. Não há limites estanques: há fronteiras transponíveis, porém demarcatórias. Um saber não pode ser confundido com o outro, mas sim, suplementado, corroborado.

Outra questão importante, levantada por Le Goff, é o aparecimento da crítica à noção de fato histórico, na Escola dos Anais. Não há realidade histórica que funcione como chave única para o historiador. Há as escolhas em torno do que será reconstituído. Isto sim, será, segundo Le Goff (2011, p. 138) uma construção textual do documento tornando-o científico, e cuja análise deve permitir a reconstituição e explicação do passado.

Lembremo-nos, também, de outra complicação substancial levantada pelos *Anais* nos discursos de ruptura: a concepção de “história total”. Não confundamos história total no sentido de representação mimética ou realista do termo. Referimo-nos às várias possibilidades de representar todas as histórias de todos os sujeitos que produziram, de alguma maneira, eventos, fatos ou objetos memorialísticos em determinados contextos. As aberturas de novos temas e as possibilidades múltiplas de ressignificar os resquícios textuais do passado histórico são possíveis graças ao retorno da narrativa à historiografia, feita, agora, através de aparatos da teoria literária, sobretudo, das teorias da narrativa, tal como fez Hayden White através de seu estudo intitulado de *Meta-história*.

2. Meta-história

Esse retorno da narrativa na teoria contemporânea da história tem sido objeto de grande celeuma entre os historiadores. Hayden White (2008), por exemplo, em *Meta-história*, discute os novos métodos e procedimentos do historiador contemporâneo, a partir da teoria da narrativa ficcional. Para White, a historiografia trata-se de uma estrutura verbal na forma de um discurso em prosa. As estruturas históricas “comportam um conteúdo estrutural profundo que é em geral poético e, especificamente, linguístico” (WHITE, 2008, p. 11).

Mas, se a história é uma narrativa feita de estratégias ficcionais arquitetadas em enredos satíricos, poéticos, trágicos, irônicos e

romanesco como entende White, não identificamos maneiras de separar, na contemporaneidade, o que seria um fato de extração histórica de uma criação fictícia. Voltamos, de fato, à não distinção entre história e ficção presente desde o mito grego e nas epopeias de Homero. Esse hibridismo presente nas narrativas ficcionais escritas no último quartel do século XX, no Brasil e também em diversos países do ocidente, tem despertado a atenção da crítica literária contemporânea.

Mas é preciso que expliquemos melhor como White, ao apoiar-se nos problemas das estratégias ficcionais, revê a questão de voltar-se para a história como enredos narrados.

Vejam, primeiramente, o título do estudo de White: *meta-história*. A história voltada para si mesma, debruçada sobre os problemas de “como” e “o que” narrar, como bem indica o prefixo grego *meta*. Para repensar este processo, o estudo de White se ocupa da análise da historiografia oitocentista. Ele reconhece, nos discursos históricos, as estratégias narrativas que permitem penetrar “na evanescência irônica dos discursos” e retornar “ao teatro dos acontecimentos”. O historiador deve reler, reinventar, rever, reavaliar e, principalmente, interpretar os discursos da história.

Para White, a partir do século XIX, surgiram novas estratégias interpretativas por meio dos estudos dos filósofos da história que foram Tocqueville, Michelet e Rank, além de algumas provocações de Croce e, em certa medida, de Hegel e Marx. O diferencial, segundo as considerações de White, foi não mais desconsiderar a imaginação frente à “objetividade” e à “racionalidade”, tão caras à *historia magistra vitae*. O iluminismo era cético frente às possibilidades de decifração e interpretação de qualquer fato. Não menos instigante é o subtítulo do estudo de White: “a imaginação histórica do século XX”. A imaginação está contida em estratégias construídas por meio de argumentações formais e explicadas por meio da elaboração de um enredo que contém implicações ideológicas. Percebe-se, nesse contexto, o recurso às teorias da narratologia dos formalistas russos,

de estudiosos como Gerárd Genette, Mikhail Bakhtin e outros teóricos e críticos da literatura utilizados nas reconstituições da narrativa histórica da moderna historiografia. Sob este ponto de vista, concordamos com White quando ele diz na introdução de sua *meta-história* que não há uma história propriamente dita: há estratégias prefigurativas da ficção no discurso histórico. São elas, de acordo com White, a metáfora, sinédoque, metonímia e a ironia. Além desses aspectos, há o fato de a história voltar-se sobre si mesma, tornando-se autorreflexiva. Esse aspecto autoconsciente também é uma tônica da narrativa ficcional conhecida como metaficção, da qual a narrativa histórica também se apropriou.

Na contemporaneidade, sobretudo no último quartel do século XX, houve uma proliferação de narrativas históricas reconstituindo a Idade Média, a vida privada dos sujeitos esquecidos pela história e de muitos outros eventos quase desconhecidos pelo grande público. A chamada ‘história das mentalidades’ faria uma apropriação dos elementos da teoria literária, narrando, por sua vez, de forma semelhante às narrativas ficcionais, a reconstituição das vidas íntimas de sujeitos. Não obstante, com a reformulação da noção de arquivo, a ‘micro-história’ começou a se interessar e a examinar fontes riquíssimas de informações para a narrativa da história moderna: cartas, diários, memoriais, autobiografias, biografias, romances biográficos e autobiográficos e até mesmo autoficções pós-modernas.

Na narrativa ficcional, de forma semelhante, havia uma modalidade de romance que sempre esteve presente no cânone e que foi se problematizando através das áreas vizinhas e das reflexões da era pós-moderna: o romance histórico. A presença da autorreflexividade, da ironia, da paródia, do pastiche, da heteroglossia, da sátira e de outros recursos formais da narrativa literária fizeram com que o romance histórico se reconfigurasse e se tornasse híbrido. Vejamos, com mais atenção, como essas misturas foram se concretizando.

3. Narrativas histórico-ficcionais: hibridismos

Roger Chartier (2011), em seu ensaio “A verdade entre a ficção e a história”, examina a questão do estatuto da verdade da narrativa histórica, relacionando-a ao contrato assumido entre a escrita da história e o leitor de história, no que diz respeito à aceitação da narrativa como verdadeira. Esse historiador endossa, ainda, que, para os novos historiadores, é pertinente interrogar sobre as relações entre história e verdade e entre história e ficção. O questionamento que nasce dessa relação é entender, então, como “[...] cada obra é constituída em uma relação com o discurso ou práticas ordinários, que, para os contemporâneos, não são da ordem do registro estético e que se manifestam na ordem do político, do judiciário, do religioso, do ritual etc” (CHARTIER, 2011, p. 348).

Diante da problemática levantada inicialmente por Chartier, como podemos relacionar a narrativa histórica com a narrativa ficcional? Em que medida o historiador se apropria dos mecanismos da ficcionalidade para compor seus registros? E em relação aos novos métodos e materiais da história, como eles passaram a se servir de instrumentos da narrativa literária? Nossas reflexões, a partir daqui, serão direcionadas no intuito de tentar responder a essas indagações.

Iniciemos com a seguinte proposição: a nova história, segundo Fernando Novais e Rogério Forastieri (2011), é nova, porque dialoga com as ciências sociais, a literatura e as artes. Sendo uma narrativa, ela comporta vários níveis ideológicos, oriundos de diferentes perspectivas.

Segundo Novais e Forastieri (2011), a nova história questiona o *topos* da *historia magistra vitae*⁸. Para eles, essa história proporciona a abertura de novos temas, procedimentos e interpretações. O que muda em relação à história tradicional é a criação de um novo método, haja vista que a função primeira do historiador é sempre a

mesma: a reconstituição do acontecimento, ou como querem Novais e Forastieri (2011, p. 26), o historiador tem como função primeira a “*revivescência* de um fragmento da vida num determinado momento. Essa ânsia de criação – reviver a vida no texto – imprime ao discurso do historiador uma dimensão de arte, e um caráter inevitável de utopia”.

Mas, se nos pautarmos nas narrativas de extração histórica do século XVIII e, principalmente, do século XIX, dos escritores Walter Scott, Tolstói, Manzoni, Dickens e, principalmente, os romancistas franceses, como Honoré de Balzac, Sthendal, Flaubert e Victor Hugo, não teriam, eles, revivido o fato histórico e reconstituído o “acontecimento” e não teriam dado “revivescência” aos aspectos historiográficos, tal como Novais e Forastieri apontam? Eis um trecho de *Os miseráveis* que ilustra nossa inquietude a respeito dos contrastes, quase imperceptíveis, entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional:

Hougomont foi o lugar fúnebre, o começo do obstáculo, a primeira resistência encontrada em Waterloo por esse grande lenhador da Europa que se chamava Napoleão; o primeiro nó que encontrou sob o golpe do seu machado. Era, então, um, castelo; hoje, simples granja. Hougomont, para o antiquário, é *Hugomons*. O solar havia sido construído por Hugo, senhor de Somorel, o mesmo que adotou a sexta capelania da abadia de Villiers. O viandante empurrou a porta, passou sob o pórtico ao lado de uma velha caleche e entrou no pátio. A primeira coisa que lhe prendeu a atenção nesse pátio foi uma porta do séc. XVI, semelhante a uma arcada, pois tudo ao seu redor já se desmoronara. O aspecto monumental nasce muitas vezes da ruína. Próximo dessa arcada abre-se numa parede outra porta com ferrolhos do tempo de Henrique IV, deixando entrever as árvores de um pomar. Ao lado dessa porta, uma estrumeira, pás, enxadões, alguns carrinhos de mão, um antigo posso com cano e torniquete de ferro, um potro arisco, um peru todo estufado, uma capela com um pequeno campanário, uma pereira toda florida estendendo os ramos por sobre a capela, eis aí o terreno cuja conquista foi o sonho de Napoleão (HUGO, 2002, p. 288 – 289).

A reconstituição do fato histórico nessa passagem e em quase toda a totalidade desse romance de Hugo comprova que a ficção, de cunho histórico, faz exatamente aquilo que os novos historiadores propõem. Constatamos, na citação anterior, uma não distinção entre reconstituição do fato histórico, dito “real”, com o heterocosmo fictício. Romances como *Os miseráveis*, de Hugo, são chamados de romances históricos. Lukács (1966; 2001) foi o precursor da teorização do romance histórico. Para ele, esse formato de narrativa surgiu no princípio do século XIX – momento histórico que evidencia a queda de Napoleão Bonaparte. Não por acaso, detectamos a presença direta e indireta da figura napoleônica em vários romances históricos do século XIX.

A concepção de história, segundo Lukács (1966, p. 24), começou a apresentar um grande interesse por todo e qualquer evento humano. Isso fez com que o romanesco não só representasse apenas “grandes fatos”, mas também os resquícios da história e as “histórias em migalhas”, para utilizar a metáfora de François Dosse (2003). O novo espírito da historiografia, então, concentra-se precisamente, na questão de como apontar provas históricas para o surgimento da moderna sociedade que proveio das lutas de classes sociais, cuja última etapa decisiva resultaria na Revolução Francesa. E é precisamente neste contexto de mudanças e transformações históricas que surge a produção de Walter Scott.

Scott busca, segundo Lukács, o “caminho médio” entre os extremos e destaca poeticamente a realidade histórica nesse caminho. Seu herói é sempre um *gentleman* inglês do tipo médio e possuidor de uma inteligência prática e de uma decência e firmeza moral. A grandeza dos romances históricos de Scott, ainda segundo esse teórico, está na focalização humana dos tipos histórico-sociais, visto que nas representações históricas anteriores à produção ficcional de Scott as personagens jamais haviam sido apresentadas como pessoas comuns, mas como seres especiais, e essa tendência de criação nunca fora, contudo, o centro da representação da realidade no romance⁹.

Isso se deve ao fato que os heróis de Scott, enquanto figuras centrais do romance, têm uma função distinta, cuja missão consiste em conciliar os extremos nos quais a luta resulta na própria criação da diegese, e que o produto da expressão poética é resultante de uma grande crise social (LUKÁCS, 1966, p. 36).

Enfim, a “fidelidade histórica”, acrescenta Lukács (1966, p. 66), resume-se na grande necessidade de representar a História através do foco na ação centrada nos indivíduos. Além disso, juntamente com a autenticidade na reprodução literária dos componentes históricos, é necessário, sobretudo, ser cauteloso e autêntico na representação dos detalhes que correspondem à verdade histórica. Scott manteve-se fiel à história, com particular esmero, ao retratar em seus protagonistas, seu lado humano e moral, aspecto esse que foi herdado pelos sucessores de Walter Scott na construção de romances históricos, como Manzoni, Victor Hugo, Tolstoi, Herculano, dentre outros.

Sobre a questão da fidelidade à história e da verdade histórica já mencionadas anteriormente, Costa Lima (2007), em *História. Ficção. Literatura*, nos apresenta constatações valiosas e que podem dialogar com as teorias de Lukács. O fazer história, segundo Costa Lima (2007, p. 116), seria um fenômeno natural e espontâneo referente ao que sucede no mundo para os sujeitos dotados de reconhecimento de seu tempo. A escrita da história não seria apenas uma projeção sobre esse fenômeno puramente histórico, mas sim a construção de um aparato analítico e detalhado da história crua. Já a historicidade, de acordo com Costa Lima, é o elo articulatório que une a história e a escrita da história. A historicidade é o instrumento básico para inserir-se na produção historiográfica ao repensar a reconstituição dos fragmentos textuais do *topos*.

A reconstituição dos *topoi*. Aqui começaremos distinguir a história nova da *historia magistra vitae*. Entendamos a *historia magistra vitae* enquanto história concebida como uma totalidade fechada e, como Costa Lima nos lembra, considerada em analogia a uma matriz

que tivesse todos os raios e irradiações possíveis e determinados. Nesta perspectiva, não há possibilidade de se encontrar uma repetição com diferença ou uma singularidade. Não há nada de novo sob o sol. O que havia na *historia magistra vitae* era uma formulação geral e unívoca. As mudanças cruciais viriam aos poucos, mas seriam vitais à constituição da nova história.

A crise dos paradigmas, nas ciências humanas, analisada por Foucault (2007) em *As palavras e as coisas*, ajuda-nos a entender o processo de constituição da moderna historiografia. Segundo os novos historiadores, “para reconstituir os eventos é preciso explicá-los” (NOVAIS; FORASTIERI, 2011). Esta é, também, a ideia central dos textos “Repensar la historia intelectual y leer textos” (1998) e “História e romance” (1991), de Dominick LaCapra. A história, segundo LaCapra, não se reduz ao documentário. As novas abordagens a veem como restos, fragmentos textuais, resquícios que necessitam ser ressignificados. Surge, então, no ofício laboral do novo historiador, segundo LaCapra, o deparar-se com os aspectos da interpretação, com a imaginação de limites, com a relação entre as intenções do autor e o texto, entre a vida do autor e do texto, com a relação entre a sociedade e o texto, a cultura e o texto e por fim, da relação dos modos discursivos com o texto. Percebemos que as problematizações são várias e só contribuirão para a construção da repetição com diferença.

Para Jacques Le Goff e Pierre Nora (2011), a nova história apresenta pelos menos três novos processos: o questionamento de si mesma, enquanto episteme; novas abordagens e novos objetos. A provocação mais grave infligida à história tradicional é aquela que trata de noções de história imediata ou do presente. O que importa, segundo Le Goff e Nora, é saber fazer a história que é necessária agora. Ela deve ser, segundo esses mesmos autores, a ciência da mudança e da transformação. Acrescentamos ainda que ela deve ser singular. Ser uma estrutura sem centro, um eterno devir que busca os acontecimentos puros que podem promover novas

interpretações. A nova história faz-se uma escritura, no sentido barthesiano e derridiano do termo.

A interdisciplinaridade e a análise do discurso foram fundamentais para as escritas da nova história. A história contemporânea vive hoje uma revolução documental, ainda segundo Le Goff. Ao voltar-se contra o positivismo do século XIX, a nova história ampliou seu campo de documentação e passou a considerar “virtualmente toda a atividade humana” (BURKE, 2011, p. 11). A história tradicional representava a política do passado. O estado era a história. A história reconstruía vestígios da nação e não de regiões e muito menos de locais isolados. Por outro lado, segundo Burke, a nova história busca a “história total” que, veremos mais adiante, é um termo caro aos historiadores da *École des Annales*. A micro-história (Giovanni Levi), a história das mentalidades (Philippe Ariès), a história oral (Gwyn Prins), a história das mulheres (Joan Scott), a história do livro e da leitura (Robert Darnton e Roger Chartier), a história do corpo (Roy Poter), a história da loucura (Michel Foucault), a história das imagens (Ivan Gaskell) e a história vista de baixo (Jim Sharpe) são algumas das novas aberturas e áreas de interesse das novas escritas da história que são problematizadas nas escritas romanescas da contemporaneidade¹⁰. O que era imutável é agora considerado “uma construção cultural” (BURKE, 2011, p. 11).

As escritas da nova história demonstram que ela é transgressiva. As fontes e os métodos são certamente os mais questionados. Para os historiadores que consultamos, é unânime a intenção de suplementar os documentos oficiais com novos arquivos, sobretudo os provenientes da literatura. Problematizemos esta questão. Tomemos a noção de arquivo como uma escritura, uma realização, um devir. Por esta razão, os grandes tratados e documentos históricos são estudados junto às crônicas, as cartas, os memoriais, os diários pessoais, a literatura em geral, a história oral e as artes. A história da cultura popular, segundo Burke, também é revisitada, principalmente pelos historiadores preocupados em

reconstruir o fato através da história das mentalidades coletivas. Ou seja, as manifestações individuais e particulares dos sujeitos são fontes importantes para o novo historiador, assim como sempre foram importantes à narrativa ficcional de extração histórica, haja vista que

nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra. [...] Seja como for, sua preocupação com toda a abrangência da atividade humana os encoraja a ser interdisciplinares, no sentido de aprender a colaborar com antropólogos sociais, economistas, críticos literários, psicólogos, sociólogos etc. Os historiadores de arte, literatura e ciência, que costumavam buscar seus interesses mais ou menos isolados do corpo principal dos historiadores, estão agora mantendo com eles um contato mais regular. O movimento da história vista de baixo também reflete uma nova determinação para considerar mais seriamente as opiniões das pessoas comuns sobre seu próprio passado do que costumavam fazer os historiadores profissionais. O mesmo acontece com algumas formas de história oral. Neste sentido, também a heteroglossia é essencial à nova história (BURKE, 2011, p. 15-17).

Todas estas questões referentes à problematização da escrita da nova história por nós apontada, dialogam com as escritas da narrativa ficcional. Muitos estudiosos e pesquisadores contemporâneos, tanto da área de Letras quanto da área de História, têm compartilhado seus objetos de estudo. Ou seja, as ficções de cunho histórico têm servido aos historiadores na tentativa de evidenciar resquícios do passado e de reinterpretar e dar um sentido a esse mesmo passado por meio da reconstituição do fato histórico. Já para os romancistas e críticos literários, as escritas da nova história clarificam e corroboram o entendimento do passado histórico que é reapropriado pelas narrativas ficcionais que, por seu turno, provêm um novo olhar e uma nova reflexão tanto para o fato histórico quanto para o constructo fictício propriamente dito.

Considerações finais

À guisa de conclusão, as escritas da contemporaneidade, tanto ficcionais quanto históricas, apresentam pontos de contato e compartilham aspectos semelhantes de estruturação de narrativas. Por essas e outras razões, somos levados a crer que as escritas ficcionais estão sendo históricas ao passo que as escritas dos historiadores contemporâneos constituem *corpus* de pesquisa para os pesquisadores da História, além de serem fonte para a produção em prosa de grande parte de romancistas contemporâneos latino-americanos e de outras nacionalidades.

Referências

- BURKE, P. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____. **A escrita da história: novas perspectivas.** Tradução Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 2011, p. 335 – 356.
- _____. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. **A escrita da história: novas perspectivas.** Tradução Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 7 – 38.
- CHARTIER, R. A verdade entre a ficção e a história. In: SALOMON, Marlon. (Org.). **História, verdade e tempo.** Chapecó: Argos, 2011, p. 347 – 370.
- CLACK, S. Os historiadores dos Annales. In: NOVAIS, Fernando; FORASTIERI, Rogério. **Nova história em perspectiva.** São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 180 – 205.
- COSTA LIMA, L. **História. Ficção. Literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. **O controle do imaginário e a afirmação do romance.** Dom Quixote, As relações perigosas, Moll Flanders, Tristran Shandy. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DELEUZE, G. **Diferença e repetição.** Tradução Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- DOSSE, F. **A história em migalhas.** Tradução Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

FEBVRE, L. **Contra o vento**: manifesto dos novos Anales. In: NOVAIS, Fernando; FORASTIERI, Rogério. **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, 75 – 85.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HUGO, V. **Os miseráveis**. Tradução Frederico Ozanam Pessoa de Barros. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LACAPRA, D. História e o romance. BOTTMANN, Denise. (Org.). **Expediente**. Revista de História, n. 2/3, IFCH/UNICAMP, 1991, p. 107 – 124.

_____. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PAUTI, E. **Giro lingüístico e história intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998, p. 237 – 293.

LE GOFF, J. A história nova. In: NOVAIS, Fernando; FORASTIERI, Rogério. **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 128 – 176.

LE GOFF, J; NORA, P. A apresentação a *Faire de l'histoire*. In.: NOVAIS, Fernando; FORASTIERI, Rogério. **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 122 – 127.

LUKÁCS, G. **La novela historica**. Mexico: Era, 1966.

_____. **O romance histórico**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

SCOTT, W. **Ivanhoé**. Tradução Roberto Nunes Whitaker. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

WHITE, H. A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea. In: NOVAIS, Fernando; FORASTIERI, Rogério. **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 438 – 483.

_____. **Meta-história**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.

Recebido em: 19/04/2017

Aceito em: 20/06/2017

Notas

³Além dessas pessoas desimportantes nas narrativas de acontecimentos ficcionais, os romances do século XVII e XVIII não excluem a presença de personagens pertencentes à nobreza que podem ser, em alguns casos, até protagonistas das obras. Para ilustrar tal presença, citamos as narrativas *La Princesse de Clèves*, de Madame de Lafayette e *Pride and Prejudice*, de Jane Austen.

⁴A partir das práticas transdisciplinares de fins do século XIX e início do século XX, os saberes começaram a dialogar, a se reinventar e questionaram seus próprios objetos de estudo. Com o surgimento das ciências humanas, sobretudo, das ciências sociais e do espírito, além da linguística, da psicanálise e da teoria literária, as narrativas da história voltaram-se sobre si mesmas, indagando como iriam ‘fazer’ história a partir de então.

⁵Momento revolucionário da história da historiografia moderna na qual houve um repensar sobre a forma de reconstituir o fato histórico. Os principais nomes da *École des Annales* foram Lucien Fèbvre e Marc Bloch.

⁶“Nova História” é entendida, na história da historiografia, como o momento subsequente à *École des Annales*. Seu marco foi o diálogo com as ciências humanas e do espírito.

⁷Empregamos a noção de devir no sentido utilizado por Gilles Deleuze (2006) em sua obra *Diferença e repetição*. Para esse pensador pós-estruturalista, o devir é acontecimento, um vir a ser através da dobradura em si mesmo. Ele está associado à ideia de que a história, enquanto um discurso, deve se questionar e voltar-se sobre si mesma, de modo similar à proposta de Hayden White. Assim, o historiador terá condições de analisar os fatos e de reconstituir o fato histórico.

⁸Para os novos historiadores, a *historia magistra vitae* eram as escritas das histórias tradicionais, cujo propósito era reconstituir os grandes feitos de reis e de reinados, de vidas e de personalidades com repercussões nacionais.

⁹Como se sabe, no romance histórico, as personagens históricas, geralmente, não são as protagonistas do enredo. Elas são personagens secundários e aparecem ligadas à vida da protagonista. A questão interessante, nessa composição de personalidades históricas na narrativa ficcional, é que eles são configurados com traços mais humanizados e mais próximos da realidade dos leitores.

¹⁰São exemplos desse caso de reprodução de vários aspectos da “história vista de baixo”, obras como *Viva o povo brasileiro*, de romancista brasileiro João Ubaldo Ribeiro, publicada em 1984 e *A gloriosa família: o tempo dos flamengos*, do escritor angolano Pepetela, publicada em 1997. Já em relação à “história do corpo” e “história das mulheres”, podemos apontar o crescimento significativo de publicações de mulheres no cenário literário contemporâneo, que discutem questões relativas às mulheres. Por exemplo, *A chave de casa*, de Tatiana Salem Levy, publicada em 2007, é uma narrativa autoficcional em que a personagem busca o conhecimento de si própria na escrita, através de um percurso histórico a partir de seus antepassados na Turquia e chega, então, na problemática do ser mulher que escreve literatura. Já sobre as “histórias das mentalidades” e sobre as “histórias do livro”, podemos citar algumas narrativas de Umberto Eco, principalmente *O nome da rosa*, publicada em 1980. Sobre a história do corpo, podemos ampliar o campo de análise e citar autores que trabalham para além da problemática da representação do corpo e discutem, dessa forma, histórias relacionadas às minorias e às práticas sexuais de grupos homossexuais, tais como Caio Fernando Abreu, em grande parte de sua produção romanesca. Há, também, João Gilberto Noll, que trabalha com questões relacionadas ao sujeito e seu corpo e sua condição na sociedade à qual pertence. Além desses romancistas citados, há outras tantas vozes plurais da narrativa ficcional contemporânea que trazem para os enredos aspectos da micro-história.